O Preço do Consumismo: Sacrificando Recursos Naturais Por Padrões de Consumo

Autor(res)

Lorena Vale Pereira
Aquila Raquel De Sousa Matos Reis
Ana Paula Dos Santos Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

A Carta Magna de 1988 estabelece o dever do Estado e da coletividade de preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Esta premissa constitucional consagra o reconhecimento da importância vital da proteção ambiental como um valor intrínseco à ordem jurídica e social do país. Entretanto, o desafio reside na reconciliação desse imperativo constitucional com a realidade de uma sociedade impulsionada por um modelo econômico baseado no consumismo exacerbado. Contudo, torna-se imperativo a adoção de política pública que possam harmonizar os interesses do desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental, promovendo uma abordagem mais equilibrada e sustentável para o consumo e a produção.

Objetivo

Abordar a necessidade de estratégias eficazes para promover a responsabilidade ambiental em uma sociedade consumista, visando repensar os padrões de consumo e fomentar práticas sustentáveis que contribuam para a preservação do meio ambiente.

Material e Métodos

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, centrada na análise de leis e na revisão bibliográfica sobre a evolução da preocupação ambiental. Documentos como a Declaração de Princípios de Estocolmo, a Lei 6.938/81 de Política Nacional de Meio Ambiente e o artigo 225 da Constituição Federal foram examinados. Essa metodologia ressaltou a importância da responsabilidade individual na promoção de práticas de consumo mais sustentáveis e conscientes, considerando as interações entre consumo, cultura e meio ambiente.

Resultados e Discussão

O consumismo na sociedade contemporânea destaca -se na necessidade premente de discutir a sustentabilidade não apenas sob a perspectiva econômica, mas também ambiental e cultural. Dessa forma, a responsabilidade ecológica da sociedade garante a presença da natureza, pois os cidadãos têm o poder de influenciar o mercado por meio de suas escolhas de consumo. Ao optar por produtos e marcas que adotam práticas sustentáveis, os consumidores enviam um sinal claro de demanda por uma economia mais verde e ecológica.

Logo, é importante reconhecer que a transição para uma sociedade mais sustentável requer uma mudança de paradigma em relação ao consumo e à produção. Isso exige não apenas a adoção de tecnologias limpas e práticas sustentáveis, mas também uma mudança cultural que afaste a necessidade de provar o nosso valor ou sucesso através da ostentação de bens materiais.

Conclusão

A promoção do consumo sustentável requer uma abordagem abrangente, conscientizando sobre os impactos do consumo excessivo. A análise criteriosa dos produtos, priorizando os sustentáveis, é crucial para mitigar esses impactos e estimular práticas de produção responsáveis. Assim, o uso de produtos ecologicamente corretos influencia positivamente as empresas, incentivando políticas mais sustentáveis. Essa mudança de mentalidade é essencial para uma transição rumo a um consumo sustentável.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. In: Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 6p., 1972.
PORTILHO F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania São Paulo: Cortez Editora, 2005. 255p.